



Implementação do site Dislexia Brasil na formação de professores

Ângela Maria Vieira Pinheiro, Angela Fawcett, Douglas de Araújo Vilhena, Juan L. Luque, Vincent Goetry

SUMÁRIO EXECUTIVO

Nos dias 18 a 20 de agosto, a Universidade Federal de Minas Gerais sediou o II Fórum de Mundial de Dislexia (IIWDF), cujo tema foi Políticas Públicas: abrindo caminhos para a identificação precoce e para as melhores práticas de alfabetização. Este importante evento mundial – presidido pela Profa. Ângela Maria Vieira Pinheiro e apoiado pela Unesco que disponibilizou sua sede para a realização do primeiro Fórum em Paris, em 2010 – teve como missão representar os interesses de todas as crianças, adolescentes e adultos com dificuldades de aprendizagem e reuniu 25 cientistas estrangeiros de destaque e 15 pesquisadores brasileiros. Durante três dias foram apresentados e discutidos o melhor que a Ciência da Leitura tem para oferecer, com a preocupação de se estabelecer uma conexão entre pesquisa e políticas educacionais. O IIWDF representou um passo importante para a promoção de mudanças no ensino da leitura e de avanços nos índices de alfabetização no Brasil (e no mundo), o que está em perfeita sintonia com pelo menos cinco das vinte metas do Plano Nacional de Educação (PNE), lei sancionada no dia 25 de junho do corrente ano, pela presidente Dilma Rousseff. São elas: i) a alfabetização de todas as crianças até o fim do terceiro ano do ensino fundamental; ii) a erradicação do analfabetismo de brasileiros com 15 anos ou mais; iii) a inclusão de todas as crianças de quatro e cinco anos na pré-escola; iv) o acesso à creche para pelo menos metade das crianças de até três anos e v) a formação continuada de professores.

Para contribuir para o alcance dessas metas, uma das decisões do IIWDF foi a recomendação de que a versão brasileira do curso online “Conhecimentos básicos para professores – Dislexia: identificação e o que fazer”, desenvolvido pelo corpo de consultores da Dyslexia International (grande parte deles, conferencistas do IIWDF), seja adotada nos cursos de pedagogia e na formação continuada de professores no Brasil, por capacitar esses profissionais para alfabetizar, não só as crianças disléxicas, mas também crianças, adolescentes e adultos com todos os níveis de capacidade. No Brasil este curso é apresentado no site dislexiabrasil.com.br. Assim como nas suas versões antecedentes, é de acesso gratuito.

REALIDADE BRASILEIRA

A habilidade de leitura é uma das competências mais importantes no mundo moderno, sendo essencial não somente para conquistas educacionais, mas também para o sucesso profissional e social. Infelizmente, em 2011, uma avaliação em larga escala do conhecimento, realizada no Brasil, demonstrou que apenas 56,1% das crianças com 8 anos de idade estavam plenamente alfabetizadas, distanciando muito da meta de 80% (Todos



pela Educação, 2013). Além disso, o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF, 2011) mostrou que 11% dos jovens com 15 a 24 anos de idade são analfabetos funcionais, com outros 53% enquadrados no nível básico de alfabetização.

Dentre essa população encontramos pessoas que apresentam uma dificuldade inesperada de leitura, que é o caso dos acometidos pela Dislexia. Apesar desta condição persistir ao longo de toda a vida do indivíduo, seus sintomas podem ser minimizados por meio de um ensino apropriado. Quanto mais cedo essa intervenção ocorrer, maiores serão os ganhos nas habilidades de leitura, reduzindo os danos emocionais e os problemas comportamentais encontrados naqueles com dificuldades de leitura. Para isso, precisamos de professores capacitados para lidar com esse transtorno de aprendizagem de forma a criar um ambiente educacional efetivamente inclusivo e comprometido.

HISTÓRICO

Motivada em promover a educação de qualidade para todos, a Dyslexia International (uma ONG sem fins lucrativos, registrada da Bélgica, e que tem relações operacionais com a UNESCO), com o apoio do Ministério de Educação Superior da Bélgica, uniu importantes pesquisadores de todo o mundo e os últimos achados científicos para criar uma plataforma online para a capacitação de professores para alfabetizar as crianças com a Dislexia e também aquelas com desenvolvimento típico da leitura. As versões em francês e inglês dessa plataforma foram apresentadas no I Fórum Mundial de Dislexia, realizado na sede da UNESCO, em Paris, em 2010. No Brasil, foi adaptada para o nosso contexto sociolinguístico pelas professoras Ângela Maria Vieira Pinheiro e Leonor Scliar Cabral, com a colaboração dos autores das versões anteriores: Dr. Vincent Goetry e Dyslexia International.

A versão brasileira, que é chamada de Dislexia Brasil, em apenas 1 ano, já possui mais de 18 mil usuários, evidenciando a forte pertinência do tema em nosso País. Com uma linguagem acessível aos professores, essa plataforma online leva o usuário a conhecer, de fato, o que é dislexia, como identificar essa condição e como lidar com os disléxicos em sala de aula. Devido ao fato da intervenção focar na alfabetização, o conteúdo aprendido beneficia o ensino de todos os alunos da turma, aumentando o índice de alfabetismo em nossa população.

Estudos pilotos mostraram que 100% dos professores consideraram o conteúdo do Dislexia Brasil pertinente para a sala de aula. Além disso, todos os professores também avaliaram positivamente as diferentes seções do site. Esse achado vai de encontro aos estudos realizados na França, na África do Sul e na Bélgica. Entre os 500 participantes do II Fórum Mundial de Dislexia, houve consenso sobre a necessidade de se avançar com a implementação do curso para a formação básica de professores em todo o Brasil.

PROPOSTA PARA A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

A proposta consiste em apresentar a plataforma Dislexia Brasil para as autoridades da área da educação e coordenar a sua implementação, inicialmente em nível estadual e posteriormente, em nível nacional. É importante ressaltar que está sendo oferecido um curso online gratuito, validado e adaptado ao contexto brasileiro, para o qual existe uma demanda



sem precedentes em todo o Brasil. Isso porque este expressa o conhecimento e a experiência em alfabetização e em dificuldades de aprendizagem desenvolvidos nas últimas décadas por autoridades no assunto de diferentes partes do mundo. A oportunidade para adotar esse curso no âmbito da formação de professores e também na formação continuada daqueles em exercício, possibilitará ao Brasil se equiparar aos líderes mundiais em “boas práticas de ensino da leitura e da escrita (literácia)”, tanto para alunos com desenvolvimento típico quanto para os com transtornos de aprendizagem, permitindo que todos alcancem o seu potencial. Será também um passo importante para reverter a situação atual, em que as crianças que fracassam na escola se tornam um dreno econômico para a sociedade ao longo de todas as suas vidas.

As seguintes medidas são propostas:

I) a plataforma Dislexia Brasil deverá ser aprovada, apoiada e estar sob a égide da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.

II) a plataforma deverá ser coordenada pela Professora Dra. Ângela Pinheiro na Universidade Federal de Minas Gerais.

III) a implementação oficial da plataforma nos cursos de formação de professores deverá suceder o estudo experimental em Minas Gerais, sendo conduzido sob a supervisão da Professora Dra. Ângela Pinheiro, para medir a eficácia do curso e prover a ele validação complementar.

IV) a plataforma deverá ser disponibilizada de preferência seguindo o modelo belga, que possui duração de quatro dias, com formação presencial em dois dias alternados, para garantir a adesão aos princípios do programa e à forma de aplicá-lo.

V) incorporação da plataforma nos currículos dos cursos de graduação em Pedagogia, uma vez que o seu conteúdo reflete o consenso sobre o ensino da leitura com base em evidências científicas, não só para as crianças com dificuldade de leitura, mas para todos os alunos.

VI) contribuir para a realização da meta do PNE (de 24 de junho de 2014) sobre a formação continuada de professores, capacitando-os a i) preparar as crianças da pré-escola para a alfabetização e permitir a identificação precoce de dificuldades e transtornos de leitura e ii) alfabetizar adequadamente as crianças nos anos iniciais do ensino fundamental.

ix) no que se refere à dislexia:

- influenciar o poder legislativo para regulamentar o Projeto de Lei 7081/2010 que clama pelo estabelecimento de políticas públicas que reconheçam as crianças com Dislexia (e com TDAH) como população que precisa de apoio pedagógico em sala de aula regular.

- estimular a criação de legislação para permitir tempo extra para a execução das tarefas em sala de aula e a provisão de apoios humano e tecnológico nos exames no ensino secundário até o ensino superior.

- Reconhecimento do valor que a educação possui para reverter a pobreza e as dificuldades na vida pessoal, social e profissional de todos.